



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ**

## **Estado do Paraná**

Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 - FONE: (43) 3538 8100  
CNPJ - 76.235.761/0001-94

### **DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PRESCRIÇÃO - DCT Nº. 022/2024**

Andirá, 06 de dezembro de 2024.

**Ref.:** Processo nº 3379/2023, no qual o requerente, sr. Claudio Michelato Colaço, CPF nº \*\*\*.183.\*\*\*-53, solicita a “*Prescrição dos débitos tributários referentes ao período de 2017 a 2018*”.

O contribuinte supracitado requereu o instituto da prescrição tributária<sup>1</sup>, o qual ocorre quando não há propositura de ação de execução fiscal pela fazenda pública dentro do prazo estabelecido pelo Código Tributário Nacional – CTN<sup>2</sup>.

O prazo para que se promova a ação de execução fiscal é de cinco anos, contados da data da constituição definitiva do crédito tributário. E, por constituição definitiva do crédito tributário, considera-se o momento em que a constituição do lançamento não puder mais ser discutida na via administrativa<sup>3</sup>.

Quanto objeto desta análise, foi identificado que no cadastro do contribuinte em referência constam créditos tributários vencidos e não pagos relativos às Taxas de Imposto Sobre Serviço PGFN (SIMPLES MUNICIPAL)<sup>4</sup>, parcelas de 2017 e 2018, conforme relatório exposto a seguir.

---

<sup>1</sup> Art. 156. Extinguem o crédito tributário:  
V - a prescrição e a decadência;

<sup>2</sup> Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

<sup>3</sup> STJ 622 - A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

## Estado do Paraná

Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 - FONE: (43) 3538 8100  
CNPJ - 76.235.761/0001-94

**Figura I – Relatório Débito x Contribuinte**

Ano	Div	Sub	Parc	Vencimento	Valor	Correção	Juros	Multa	Desconto	Total	Situação	Contrato	Descrição Guia	Situação
2017	34	1	1	20/02/2017	5,00	0,00	3,07	1,00	0,00	9,07	NO.DA		ISS PGFN (SIMPLES MU	Aberto/Devedor em Dívida Ativa
2017	34	2	1	20/03/2017	5,00	0,00	3,01	1,00	0,00	9,01	NO.DA		ISS PGFN (SIMPLES MU	Aberto/Devedor em Dívida Ativa
2017	34	3	1	20/04/2017	5,00	0,00	2,97	1,00	0,00	8,97	NO.DA		ISS PGFN (SIMPLES MU	Aberto/Devedor em Dívida Ativa
2017	34	4	1	22/05/2017	5,00	0,00	2,93	1,00	0,00	8,93	NO.DA		ISS PGFN (SIMPLES MU	Aberto/Devedor em Dívida Ativa
2017	34	5	1	20/06/2017	5,00	0,00	2,89	1,00	0,00	8,89	NO.DA		ISS PGFN (SIMPLES MU	Aberto/Devedor em Dívida Ativa
2017	34	6	1	20/07/2017	5,00	0,00	2,85	1,00	0,00	8,85	NO.DA		ISS PGFN (SIMPLES MU	Aberto/Devedor em Dívida Ativa
2017	34	7	1	21/08/2017	5,00	0,00	2,81	1,00	0,00	8,81	NO.DA		ISS PGFN (SIMPLES MU	Aberto/Devedor em Dívida Ativa
2017	34	8	1	20/09/2017	5,00	0,00	2,77	1,00	0,00	8,77	NO.DA		ISS PGFN (SIMPLES MU	Aberto/Devedor em Dívida Ativa
2017	34	9	1	22/01/2018	5,00	0,00	2,66	1,00	0,00	8,66	NO.DA		ISS PGFN (SIMPLES MU	Aberto/Devedor em Dívida Ativa
2018	34	1	1	20/02/2018	5,00	0,00	2,63	1,00	0,00	8,63	NO.DA		ISS PGFN (SIMPLES MU	Aberto/Devedor em Dívida Ativa
2018	34	2	1	20/03/2018	5,00	0,00	2,61	1,00	0,00	8,61	NO.DA		ISS PGFN (SIMPLES MU	Aberto/Devedor em Dívida Ativa

De forma imprescindível, o contribuinte apresentou a via original da Certidão emitida pelo Distribuidor Judicial (anexo), com data de 01/11/2023, a qual atesta CONSTAR registros de processos conforme CDA nº 236/2022 para o contribuinte em questão. Todavia, foram verificadas e identificado que não constam as dívidas para o período objeto deste requerimento.

Diante do exposto, este Fisco Municipal vê, no presente caso, defeso o direito Municipal de ingressar na esfera judicial no propósito de ter esses créditos tributários adimplidos, fundamentado no instituto da prescrição, e, dessa forma DEFERE<sup>5</sup> o pleito do contribuinte e, seguidamente, providencia a baixa dos créditos prescritos.

Fábio Biancardi Baldini  
Diretor do Departamento de Tributação

Ione Elisabeth Alves Abib  
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Andirá

<sup>4</sup> II - É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo o qual a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, que, nos casos de lançamento de ofício, ocorre quando já não caiba recurso administrativo ou quando se haja esgotado o prazo para sua interposição. (...) V – Agravo Interno improvido. (STJ - AgInt no REsp nº 1.558.016/PR. DJe 12/08/16)

<sup>5</sup> “...créditos prescritos não podem sequer ser cobrados administrativamente e nem mesmo recebidos pelo fisco...” Francisco Ramos Mangieri, Manual do Fiscal Tributário, pág. 114.